

http://gsa2.trt4.jus.br/search?q=cache:txP6k0Hlj1kJ:iframe.trt4.jus.br/nj4_jurisp/jurispnovo.ExibirAcordaoRTF%3FpCodAndamento%3D30200818+inmeta%3ADATA_DOCUMENTO%3A2005-09-08..2010-09-08+++a%C3%A7%C3%A3o+civil+p%C3%BAblica&client=jurisp&site=jurisp&output=xml_no_dtd&proxystylesheet=jurisp&ie=UTF-8&lr=lang_pt&access=p&oe=UTF-8

0003700-24.2008.5.04.0371 (RO)

Redator:

LUIZ ALBERTO DE VARGAS

Participam:

MARIA HELENA MALLMANN, RICARDO CARVALHO FRAGA

Data:

14/01/2009 **Origem:**

1ª Vara do Trabalho de Sapiiranga

EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CÂMERAS DE VIGILÂNCIA. CONFLITO ENTRE SEGURANÇA PATRIMONIAL E DIREITOS DA PERSONALIDADE. PREVALÊNCIA DA TUTELA DA IMAGEM E PRIVACIDADE DOS TRABALHADORES. No caso concreto, deve ser avaliada qual a finalidade das câmeras e se estas se destinam, conforme afirma a Reclamada, exclusivamente para a proteção patrimonial e segurança, não havendo motivo para, ainda que indiretamente, os seus funcionários sejam de qualquer forma monitorados no exercício de suas tarefas. Com efeito, tal comportamento não seria compatível com os princípios basilares do direito do trabalho, sequer com a sua história, ferindo direitos constitucionais elementares dos trabalhadores. Todavia, tem-se como aceitável a monitoração dos locais com acesso de pessoas estranhas ao ambiente de trabalho em que, justificadamente, haja fundado e

relevante receio da possibilidade de ocorrência de roubos ou prejuízos ao patrimônio empresarial. Recurso parcialmente provido.

VISTOS e relatados estes autos de **RECURSO ORDINÁRIO** interposto de sentença proferida pelo MM. Juiz da 1ª Vara do Trabalho de Sapiranga, sendo recorrente **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO** e recorrido **CALÇADOS MYRABEL LTDA..**

Inconformado com a sentença das fls.100/103, recorre o Ministério Público do Trabalho. Apresenta Recurso Ordinário em **Ação Civil Pública** (fls.106/124) requerendo, preliminarmente, a nulidade do processo, por cerceamento de prova. No mérito, demanda a reforma da sentença em relação à desativação/retirada das câmaras de vigilância da Empresa Reclamada, fixação de multa por descumprimento da decisão e indenização por danos morais difusos e coletivos. Por fim, requer prequestionamento.

Com contra-razões da Reclamada nas fls.130/133, vêm os autos para julgamento.

É o relatório.

ISTO POSTO:

RECURSO ORDINÁRIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO.

PRELIMINARMENTE.

NULIDADE DO PROCESSO. CERCEAMENTO DE PROVA.

O Ministério Público do Trabalho requereu a realização de inspeção judicial para verificação, na sede da empresa Reclamada, da localização das câmeras de vigilância e conteúdo das imagens captadas. Indeferido o pedido, requer a nulidade do processo por cerceamento de prova.

Examina-se.

O conjunto probatório produzido pelas partes nos autos mostra-se suficiente para a solução da controvérsia, sendo desnecessária a inspeção judicial requerida, por demasia.

Prefacial rejeitada.

MÉRITO.

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DESATIVAÇÃO/RETIRADA DE CÂMERAS DE VIGILÂNCIA. FIXAÇÃO DE MULTA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS DIFUSOS E/OU COLETIVOS.

O Sindicato dos Sapateiros de Sapiranga e Região protocolou representação junto ao Ministério Público do Trabalho (fls.29/30) irresignando-se quanto à instalação de *câmeras de filmagem na área interna da empresa Reclamada*. Aduz, em síntese, que “tal atitude, sem dúvida nenhuma, causa constrangimento aos que ali se encontram, além do mais, tal prática é proibitiva. Ora, manter vigilância ostensiva no local de trabalho é uma espécie de jugo (canga, opressão, sujeição, domínio). Sujeitar o trabalhador a condições degradantes”.

Notificada, a Reclamada informou que a instalação das câmeras tem caráter relacionado à segurança funcional e patrimonial, não havendo câmeras posicionadas na área de produção, vestiários ou banheiros, além de armazenamento temporário do conteúdo por 10 dias e captação de imagens amplas.

Após diversas tratativas entre o Ministério Público e a Empresa, inclusive com tentativa de compromisso em Termo de Ajuste de Conduta (fl.37/41), que não obteve sucesso, decidiu o *Parquet* trazer a questão ao Poder Judiciário, por meio da presente **Ação Civil Pública**.

O Juiz de primeiro grau entendeu que as imagens geradas pelas câmeras estão em locais estratégicos, protegendo mercadorias de alto valor, sem ferir direitos dos empregados, ao contrário, auxiliando na segurança da integridade física deles também. Fundamenta que há vigilância do patrimônio e não da pessoa do empregado, não havendo quebra do princípio da boa-fé. Por fim, pelo exposto, julgou improcedente a **ação civil pública** proposta e indeferiu o pedido de indenização pelos danos morais coletivos ou difusos pleiteados.

Insurgiu-se o Ministério Público com a decisão, aduzindo que a instalação de determinadas câmeras na sede da Reclamada, ressalta que não são todas, causam prejuízos a direitos dos empregados, em especial à intimidade e à privacidade. Sustenta que deve haver compatibilização entre o direito de propriedade da Reclamada e o direito à privacidade dos empregados. Argumenta que, a despeito da intenção da empresa de viabilizar a melhor segurança para o seu patrimônio, na prática, as câmeras poderão monitorar o trabalho dos empregados, fazendo com que eles tornem-se, também, suspeitos ou potenciais agentes criminosos. Tal vigilância causa prejuízo à saúde do empregado, no momento em que lhe retira o direito a um meio-ambiente de trabalho sadio, porquanto as câmeras produzirão estresse, inquietação e desconfiança. Por fim, requer que as câmeras posicionadas em locais onde possa ocorrer monitoramento de empregados - elenca quais são nas suas razões - sejam retiradas ou desativadas. Da mesma forma, pugna pela condenação em pagamento de indenização pelos danos morais coletivos causados na ordem de R\$300.000,00 (trezentos mil reais), em benefício do Fundo de Amparo do Trabalhador e cominação de multa diária de R\$20.000,00 (vinte mil reais) pelo descumprimento da ordem judicial. Prequestiona diversos dispositivos constitucionais.

Examina-se.

Trata-se a presente demanda de **Ação Civil Pública** em que o Ministério Público do Trabalho pretende a desinstalação ou desativação de câmeras de vigilância instaladas pela Reclamada em locais em que os trabalhadores, mesmo que indiretamente, possam sofrer algum tipo de monitoração, seja na sua privacidade, seja no exercício da função laborativa, conforme se verifica em documento da fl.43 (localização das câmeras). Tal controle violaria direitos da personalidade dos trabalhadores, assegurados constitucionalmente, e que sofreriam prejuízos em detrimento da proteção patrimonial pretendida pela empresa ré.

A Constituição Federal, já em seu art. 1º, proclama como fundamentos da República, entre outros, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa. Reforça tal tutela no art. 170, em que preconiza textualmente: “a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim

assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: (...); III. Função social da propriedade; (...)”.

Por sua vez, o art. 5º, nos incisos V (*é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem*) e X (*são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação*), revela a proteção constitucional aos chamados direitos da personalidade e a possibilidade de reparação legal.

Desta forma, a presente controvérsia encontra solução no devido equilíbrio entre princípios conflitantes, de um lado representados pelos direitos da personalidade, em especial privacidade e imagem, e, de outro, o direito à propriedade, sua defesa e as conseqüências advindas do seu exercício.

Primeiramente, ressalta-se que os direitos da personalidade exercem, precipuamente, fator de realização da dignidade da pessoa humana, por óbvio incluídos os trabalhadores, que merecem total proteção das suas garantias, no tocante à saúde física e psíquica, além da efetivação de um meio ambiente do trabalho saudável e protegido.

Os direitos da personalidade, inatos ao homem e absolutos, traduzem os valores básicos e fundamentais inerentes à preservação do indivíduo como ente considerado em si mesmo, assim como suas projeções no meio social em que está inserido. Inclusive, por se tratarem também de direitos irrenunciáveis, não pode o seu titular dispor livremente deles.

Destas características decorre a inafastável importância da tutela legal que deve se dirigir a esta categoria de direitos, por emanarem a essência do sujeito e realizarem a dignidade da pessoa, assim como definido na ordem constitucional.

Se é assim que devem ser avaliados os direitos da personalidade do trabalhador, como sujeito alvo destas garantias públicas, não é menos verdade que o empresário, que detém a exploração da atividade econômica, também, de certo modo e intensidade, possui destinação constitucional à preservação da sua tarefa, porquanto lhe é garantido

o direito de propriedade, além de incentivos à livre iniciativa, todos constituindo-se como alicerces da ordem econômica nacional.

Contudo, o choque entre princípios deve ser resolvido proporcionalmente à importância dos valores colocados em discussão, em que, no presente caso, estão assentados entre o direito à privacidade e imagem dos empregados e o direito à propriedade e diretivo da atividade econômica conduzida pelo empresário. Diga-se, por fim, que não se pode esquecer que o direito à propriedade deve cumprir sempre a sua função social.

O poder diretivo, traduzido na fiscalização, organização e disciplina da atividade econômica produtiva não impõe ao trabalhador um regime de subordinação sem limites, imperando os fins legais e morais que regulam o contrato de trabalho, firmados na máxima de que o direito de determinado indivíduo persiste enquanto não ultrapassa o de outro além do princípio de proteção ao hipossuficiente e de tratamento jurídico desigual que visa compensar desigualdade econômica entre os sujeitos participantes da relação alvo da tutela trabalhista.

Trazendo tais conceitos ao caso concreto, deve ser avaliada qual a real finalidade das câmeras e se estas se destinam, conforme afirma a Reclamada, fundamentalmente para a proteção patrimonial e segurança, não havendo motivo para, ainda que indiretamente, os seus funcionários sejam de qualquer forma monitorados no exercício de suas tarefas. Com efeito, tal comportamento não seria compatível com os princípios basilares do direito do trabalho, sequer com a sua história, ferindo direitos elementares dos trabalhadores já mencionados acima.

Por outro lado, ainda quando admitidas à empresa providências para defesa de seu patrimônio, no momento que de alguma forma afetem direito de terceiro, há de se verificar, como condição necessária para a legalidade das mesmas que, de um lado, estas sejam imprescindíveis para a consecução dos objetivos colimados (defesa de patrimônio empresarial) e, por outro, que a adoção de tais providências se faça pelo meio menos gravoso possível para terceiros (proporcionalidade).

Diga-se de passagem, que semelhante procedimento (vigilância e controle no local de trabalho) é tão nocivo aos empregados que o próprio Código Penal condena a

ingerência ostensiva do ambiente de trabalho, tipificando no art. 149 que comete crime aquele que “mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho”.

Não há dúvida que a Reclamada possui o direito de adotar medidas que visem a proteção do seu patrimônio, principalmente com o aumento notório da violência, contudo, deve sempre buscar a preservação dos direitos que são tão caros aos indivíduos, como a sua imagem e privacidade, e preferir métodos e sistemas que sejam menos agressivos aos sujeitos expostos a este controle. Desta forma, vinculando o objetivo da utilização das câmeras de vigilância à melhor conservação do seu patrimônio e aumento da segurança, não há como permitir que, de qualquer forma e sob qualquer pretexto ou intensidade, seja o trabalhador invadido em sua privacidade e utilizada a sua imagem à revelia da sua vontade e autorização. Ademais, a confiança é uma via de mão dupla, não havendo como entender-se como aceitável a monitoração, ainda que intermitente, da execução das atividades produtivas dos empregados.

Por tais razões, existindo forte justificativa amparada nos motivos já expostos, isto é, segurança patrimonial, as câmeras devem atender e priorizar locais, essencialmente, com acesso do público externo, guardando, para os outros espaços, vigilância alternativa que não lese direito da personalidade dos empregados.

Em resumo, tem-se como aceitável a monitoração dos locais com acesso de pessoas estranhas ao ambiente de trabalho em que, justificadamente, haja fundado e relevante receio da possibilidade de ocorrência de roubos ou prejuízos ao patrimônio empresarial.

Salienta-se que, no tocante à utilização da imagem dos trabalhadores, não seria demais a exigência de prévia autorização escrita para legitimação do sistema adotado, tendo em vista que o direito à própria imagem e disposição desta sobrepõe-se ao interesse exclusivamente patrimonial do empregador. E ainda que a Reclamada garanta que o acesso a determinadas imagens seja restrito às pessoas autorizadas, tal compromisso, mesmo que fosse devidamente comprovado, não tornaria imprescindível a autorização prévia dos seus empregados alvos das imagens produzidas pelas câmeras de vigilância.

Ao contrário, não houve sequer prévio esclarecimento aos trabalhadores sobre a adoção do novo sistema de segurança, finalidade e meios utilizados, o que seria bastante salutar, tendo em vista o impacto que este tipo de monitoramento provoca.

Da mesma forma, a discussão com o Sindicato representativo da categoria teria sido medida lúcida e benéfica a todos, informando sobre a implementação das câmeras, o que poderia atrair a simpatia dos trabalhadores para a idéia, além de sugestões e aprimoramento do sistema, evitando desgaste e o clima de desconfiança gerados.

Ainda assim, na mesma linha adotada pelo Ministério Público do Trabalho, reforça-se a idéia de que não são todas as câmeras que interferem ilegalmente na esfera privada dos empregados, não se determinando a simples desativação de todas, indiscriminadamente. Interpreta bem o *Parquet* quando sustenta que as câmeras de vigilância instaladas, ainda que objetivem a proteção patrimonial, sem dúvida nenhuma se prestam também para o controle dos empregados, não se questionando aqui tão-somente a intenção do empregador, mas, com a mesma importância, o fim que se pode destinar ao sistema adotado.

O Magistrado deve zelar pela justiça e o bom senso, pautando suas decisões na lei e na utilização racional dos meios que lhe são postos a disposição. Desta forma, determinar de maneira arbitrária o desligamento e retirada de todas as câmeras não atingiria o fim social de pacificação das relações trazidas ao Judiciário, desatendendo por completo o objetivo a que se propõe.

Assim, entende-se por razoável e em conformidade com o princípio da proporcionalidade, que seja determinado o desligamento das câmeras elencadas pelo Ministério Público do Trabalho na **Ação Civil Pública** proposta, apenas durante o expediente regular de trabalho, em que deve a Reclamada adotar medidas alternativas para implantação da segurança patrimonial, sendo permitido o acionamento destes dispositivos nos horários em que não haja atividade típica produtiva. Saliente-se que o Ministério Público do Trabalho informa que há ainda, para o auxílio da vigilância, o concurso do trabalho de vigilantes e outras 14 câmeras além das que estão ora em discussão.

Deste modo, dá-se provimento parcial ao Recurso para determinar o desligamento, no horário regular do expediente de trabalho, das câmeras de vigilância números 09, 13, 14, 15, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27 e 28. Da mesma forma, fixar multa diária no valor de R\$5.000,00, caso descumprida a presente decisão, a ser revertida ao Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT. Ainda, determinar que a Reclamada abstenha-se de instalar novas câmeras em locais que não sejam destinados à entrada e saída de público externo, desde que não permitam o monitoramento dos empregados.

Por fim, nega-se provimento ao pedido de reparação pelos prejuízos de natureza difusa e coletiva já causados, tendo em vista que não restou suficientemente comprovada a efetiva ocorrência de dano aos empregados até o momento, porquanto as câmeras foram instaladas recentemente. Porém, a continuidade das atitudes da Reclamada poderá, futuramente, constituir-se em prejuízo consubstanciado em dano moral coletivo, devendo o Judiciário, se necessário, agir em defesa da proteção do meio ambiente de trabalho equilibrado e saudável, inclusive com a devida reparação indenizatória, se assim entender cabível.

Quanto ao prequestionamento, diga-se que o órgão jurisdicional não está obrigado a se manifestar sobre todos os argumentos trazidos pelas partes, sendo necessário apenas fundamentar a decisão, o que no presente caso já ocorreu. Nesse sentido o item I da Súmula n. 297 do TST: “PREQUESTIONAMENTO. OPORTUNIDADE. CONFIGURAÇÃO - Nova redação - Res. 121/2003, DJ 21.11.2003 I. Diz-se prequestionada a matéria ou questão quando na decisão impugnada haja sido adotada, explicitamente, tese a respeito.”

Ante o exposto,

ACORDAM os Magistrados integrantes da 3ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região: preliminarmente, por unanimidade, rejeitar a prefacial argüida de nulidade do processo por cerceamento de prova. No mérito, por unanimidade, dar parcial provimento ao recurso ordinário para determinar o desligamento, no horário regular do expediente de trabalho, das câmeras de vigilância números 09, 13, 14, 15, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27 e 28. Da mesma forma, fixar multa diária no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais), caso descumprida a presente decisão, a ser revertida ao Fundo de

Amparo ao Trabalhador - FAT. Ainda, determinar que a Reclamada abstenha-se de instalar novas câmeras em locais que não sejam destinados à entrada e saída de público externo e desde que não permitam o monitoramento dos empregados.

Intimem-se.

Porto Alegre, 14 de janeiro de 2009.

Luiz Alberto de Vargas
Relator